## Ata da 10ª Reunião Ordinária de 2017 do COMDEMA

Ata da décima reunião ordinária de 2017 do Conselho Municipal 2 Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico de Franca - COMDEMA, 3 4 biênio 2016/2017, realizada em conjunto com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca - FMMA no dia dezoito de 5 outubro do ano de 2017 no Centro de Educação Ambiental do Município de 6 7 Franca, localizado no Jardim Zoobotânico, Avenida São Francisco de Assis nº 8 1.000, Franca/SP. Senhor Alex Henrique Veronez iniciou a reunião às catorze horas e dez minutos lembrando que o Doutor Alexandre do Couto Rosa havia feito 9 considerações na minuta da ata da nona reunião ordinária e que estava colocando 10 ata corrigida em votação para aprovação, a qual foi aprovada por unanimidade. 11 Dando continuidade à pauta, Senhor Alex explicou que existe uma lei municipal 12 para submeter os projetos de arborização urbana dos novos loteamentos ao 13 COMDEMA. Senhor Alex explicou, ainda que, como aquele era um assunto muito 14 específico, havia sido formada uma comissão de especialistas com biólogos, 15 engenheiros agrônomos e florestais para análises daqueles projetos e emissão de 16 pareceres. Segundo o Senhor Alex, no período entre a nona e a décima reunião 17 foram apresentados quatro projetos; Residencial Piamalim, Residencial Eco Estilo, 18 Residencial Pouso Alegre e Parque dos Coqueiros. Senhor Alex passou a palavra 19 para a Senhora Alba Regina Barbosa Araújo e para o Senhor Márcio Fernando 20 21 Silveira Rodrigues, membros da Comissão de Arborização Urbana. Senhora Alba 22 esclareceu que o que é avaliado pela Comissão é apenas a parte de arborização 23 urbana à luz da legislação municipal. A Comissão confere se o projeto está de acordo com as leis municipais. Senhora Alba destacou a necessidade de 24 transparência desses pareceres que são anexados aos processos e voltam para a 25 26 Secretaria de Planejamento Urbano. Senhora Alba explicou que quando há necessidade de complementações, essa necessidade é apontada no parecer. 27 28 Segundo a Senhora Alba, os projetos do Residencial Piamalim, Residencial Eco Estilo e Parque dos Coqueiros foram aprovados. No caso do Residencial Pouso 29 30 Alegre existem correções a serem feitas. Senhora Alba relatou que quanto o Processo chega ao COMDEMA, a Comissão de Arborização se reúne para avaliá-31 32 los antes da reunião seguinte. Se há correções a serem feitas, o projeto volta ao

Elg



W

d

15

empreendedor que o corrige e o protocola novamente na Prefeitura. A Prefeitura o 33 encaminha para a Secretaria de Serviços e Meio Ambiente e só depois o processo 34 volta ao COMDEMA. Senhora Alba solicitou para constar em ata uma sugestão da 35 Comissão para agilizar o trâmite por tratar-se apenas de projeto de arborização. 36 Segundo ela, ao verificar que as correções apontadas pelo parecer foram feitas, a 37 própria comissão poderia aprovar o parecer sem ter de passar novamente pela 38 reunião do COMDEMA. Senhora Alba argumentou que faz parte do Comitê de 39 Ética da Universidade de Franca e que aquele Comitê é soberano para aprovar 40 41 projetos que fizeram as adequações apontadas em pareceres. Senhor Márcio 42 sugeriu que a Secretaria de Planejamento Urbano encaminhe diretamente ao COMDEMA esses processos e receba do COMDEMA os pareceres e que iria 43 verificar essa possibilidade. Senhor Alex apresentou a proposta de um parecer ad 44 45 referendum que permitirá dar continuidade ao processo na Prefeitura e na reunião seguinte o parecer seria referendado pelo colegiado. Tal uma forma contribuirá 46 47 para não paralisar o empreendimento em função do Conselho. Senhor Alex consultou os presentes que acataram a sugestão por unanimidade. Ao colocar os 48 49 pareceres em Senhor Alex discussão е votação, ressaltou que 50 empreendimentos Residencial Piamalim, Residencial Eco Estilo e Parque dos Coqueiros receberam pareceres favoráveis e que o empreendimento Residencial 51 Pouso Alegre teve em seu parecer a solicitação de pequenas complementações. 52 53 Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Senhor Alex comentou que na 54 última reunião houve questionamento sobre os danos causados pela represa do 55 Castelinho e que tratou desse assunto com o Senhor Alessandro Palma da CETESB, o qual informou que aquele incidente havia gerado um auto de 56 advertência. Senhor Alessandro relatou que a CETESB foi acionada a posteriori e 57 constatou que houvera uma contribuição muito grande daquele material de leito, 58 59 lodo, etc.; que alcançou lugares distantes como a própria calha dos Bagres e que 60 de acordo com a legislação ambiental paulista, ambos os Córregos, do Espraiado e do Bagres são classificados como Classe 4, ou seja, são córregos menos 61 nobres em termos de qualidade de água portanto naquele caso não houve 62 descaracterização do curso d'água. Entretanto para o Senhor Alessandro aquele 63 foi um episódio que requer olhos especiais e que o COMDEMA é um canal para 64

Elg.



65 abordar aquele assunto. A advertência que foi aplicada pela CETESB à Associação (Castelinho) vinculou uma exigência técnica quanto ao controle 66 daquele vertedouro para que novos episódios não ocorram mais. Dando 67 sequência à pauta, o Senhor Alex passou a palavra para o Doutor Fernando 68 69 Andrade Martins, Promotor de Justiça do Meio Ambiente, que disse gostar muito de comparecer às reuniões do COMDEMA apenas quando convidado, para 70 preservar a independência do Conselho que é um órgão opinativo, deliberativo e 71 técnico. Doutor Fernando disse que foi convidado pela Doutora Rosaura Garcia 72 Zuccolo para falar sobre o problema dos Ecopontos. Antes de abordar o assunto 73 dos Ecopontos, Doutor Fernando relatou que, na gestão do Prefeito Sidnei Rocha, 74 houve um acordo entre a Promotoria de Justiça e o Clube Castelinho. Naquela 75 ocasião, o município retirou vários caminhões de resíduos da represa, 76 considerada de utilidade pública. O Ministério Público autorizou aquela 77 intervenção municipal por ser aquele reservatório um controlador de vazão e um 78 79 influenciador do microclima local. Doutor Fernando observou que essa intervenção teria ocorrido em 2009 e depois de oito anos, aconteceu novamente o 80 enchimento do reservatório por causa de resíduos. O município teria autorizado 81 um empreendimento chamado Santa Lúcia naquelas imediações mediante 82 atendimento das exigências da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. 83 Doutor Fernando declarou que um Engenheiro, Auxiliar Técnico do Ministério 84 Público, antes de o fato ocorrer, já havia feito uma perícia para um inquérito civil, 85 86 a pedido do próprio Doutor Fernando, para identificar os causadores daquele acúmulo de resíduos. Na visão técnica do Engenheiro Welson Roberto, aquela 87 88 seria uma responsabilidade compartilhada tripartite: do empreendimento que estaria influenciando negativamente a represa, do município, na medida em que o 89 90 Plano de Macrodrenagem não estaria sendo aplicado e do próprio clube que não construiu os drenos de fundo. Segundo Senhor Welson, o DAEE não teria dado a 91 92 outorga por não ter sido executada a adequação da barragem. Doutor Fernando destacou o acompanhamento do Conselheiro Edson do Couto Rosa naquele caso. 93 E relatou que o Secretário de Planejamento Urbano Virgínio Reis havia solicitado 94 95 um prazo suplementar de 30 dias para verificar se uma empresa contratada ou o próprio município fará um estudo técnico a fim de apurar as responsabilidades. 96

Elg

M

Quanto aos Ecopontos, Doutor Fernando comentou que defendeu a extinção da profissão de carroceiro em reunião na Câmara Municipal, pelos graves prejuízos ambientais, tanto em função dos maus tratos aos animais quanto das invasões e descartes de resíduos em Áreas de Preservação Permanentes - APPs. Com a votação dos vereadores pela manutenção da profissão, foi sugerida a criação de oito Ecopontos como alternativa para o descarte exclusivo de pequeno volume de resíduos de construção civil para que os animais não tivessem de percorrer grandes distâncias, mas que na prática o que se viu, foi um desrespeito por parte dos próprios carroceiros que continuaram a jogar entulhos em qualquer lugar e de parte da população que passou a descartar todo tipo de resíduos, como restos de couro, latas, plásticos, animais mortos nos Ecopontos. Embora o COMDEMA tenha aprovado um Projeto que solicitou a quantia de duzentos mil reais ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca – FMMA para complementar a implantação dos Ecopontos, Doutor Fernando informou que estaria arquivando o Inquérito Civil Público que trata dos Ecopontos por considerar os Ecopontos extintos, resultando assim no retorno dos recursos ao FMMA. Ressaltou, porém, que houve denúncia na OAB sobre o fechamento dos Ecopontos. Se manifestou a favor do encerramento dos Ecopontos por entender ser dinheiro público desperdiçado, uma vez que o Município conta com as soluções adequadas de destinação de resíduos sólidos domiciliares, industriais, de saúde, de construção civil, mas que se houver ação que derrube sua medida, ele acatará. Doutor Fernando ponderou que a manutenção de cada Ecoponto custaria aos cofres públicos municipais, aproximadamente, quarenta mil reais por mês e destacou a importância da Guarda Civil Municipal na fiscalização ambiental, principalmente, quanto aos descartes irregulares de resíduos sólidos. Doutor Fernando afirmou que o COMDEMA é soberano para decidir se mantém o projeto e justificou sua aprovação pelos conselheiros na medida em que essa se mostrava, naquelas circunstâncias, a melhor solução para o problema. Capitão Felício relatou que houve por parte dos Conselheiros a preocupação sobre a adequada operação dos Ecopontos pela Prefeitura e que o Projeto foi aprovado pela existência desses locais, que estariam, de certa forma, abandonados e recebendo todo tipo de resíduos e que poderiam ser adequados como alternativas/

ilg

1

ph

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

para descartes irregulares. Salientou que tais descartes tem ocorrido não só nas áreas planejadas para se tornarem Ecopontos, mas também em várias áreas da cidade. Lamentou que um dos motivos que inviabilizariam aquele projeto seria a falta de educação de uma parcela da população e atentou para a importância de regulamentar os autos de infração para fiscalização ambiental. Doutor Fernando reafirmou que o projeto dos Ecopontos foi pensado há anos com a crença de contar com a educação dos cidadãos e se dirigiu ao Inspetor Adilson Alves Pereira, se colocando à disposição da Guarda Civil Municipal e asseverando que não é possível ser condescendente com a prática do descarte de resíduos em locais inadequados. Solicitou o registro em ata de que é obrigação da Procuradoria Jurídica da Prefeitura abrir ações civis públicas ou acordos ambientais e que isso não havia ocorrido até então. Doutor Fernando comentou que recebera uma homenagem do Conselho de Proteção dos Animais na Câmara Municipal e que havia compartilhado com todas as instituições de cuidado com animais. Na ocasião, solicitou à Câmara, a extinção dos carroceiros por não poderem usar as áreas de preservação permanentes ou áreas urbanas para cuidar dos cavalos. Disse que conversara com o tenente Marcel da Polícia de Trânsito sobre os inconvenientes que animais de grande porte causam no trânsito e na segurança. Doutor Fernando disse que embora avaliasse o convênio com a UNIFRAN como sendo bastante positivo e uma referência no país, a mudança na interpretação da Lei de Licitações impediu a continuidade do convênio. No entender do Doutor Fernando, no caso do convênio com a UNIFRAN haveria motivo de dispensa de licitação, mas aquela opinião não teria sido compartilhada pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura. Doutor Fernando demonstrou preocupação com a enorme quantidade de animais atropelados que ficarão sem cuidados, podendo gerar ações civis públicas contra a Prefeitura. Advertiu que o canil/gatil ainda não estava pronto. Capitão Felício comentou que, em função disso, teria levado um animal para Jundiaí. Doutor Fernando lembrou que, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, a AMCOA se responsabilizava pelo pagamento de atendimentos na UNIFRAN e que o destino desse recurso da AMCOA seria mudado. Relatou que após um chamamento público exigindo atendimento vinte e quatro horas, aos sábados e aos domingos, não houve candidatos. Doutor

Elg

K

do

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

Fernando ponderou que, por tratar-se de uma universidade particular, a UNIFRAN deve receber pelos serviços prestados. Doutor Nelson Salomão comentou que, em conversa com Doutor Daniel, Veterinário da UNIFRAN, foi informado que há possibilidade de a UNIFRAN entrar no Chamamento. Senhor Alex orientou que a Prefeitura envie ofício para o COMDEMA declinando dos recursos do FMMA. Capitão Felício aproveitou a oportunidade de agradecer o Professor Genaro Alvarenga Fonseca e sua esposa Professora Vânia, ambos seus professores no curso de História da UNESP pela visão de mundo compartilhada com ele. Senhora Albas, solicitou que constasse em ata que recebeu de um aluno a reclamação que, após denúncia na Polícia Militar Ambiental de ocupação da Área de Preservação do Bairro Ana Dorotéia com animais, foi orientado a ligar no Setor de Fiscalização e Posturas da Prefeitura, mas que não foi atendido a contento no referido Setor. Capitão Felício pediu que seja informado o nome da pessoa responsável pelo atendimento não satisfatório. Mudando de assunto, Senhora Alba questionou o cumprimento dos projetos de arborização urbana aprovados em empreendimentos. Reconheceu uma forte demanda pela expansão urbana, mas ressaltou a necessidade de acompanhamento e fiscalização para que a cidade não sofra com uma ocupação urbana desordenada. Senhor Alessandro ratificou a preocupação da Senhora Alba, uma vez que também percebia pressão para aprovação de construções na linha do leito dos cursos d'água. Argumentou que, embora Franca ainda conte com um sistema viário privilegiado, ainda carece de uma tratativa quanto ao uso do solo. Em concordância com a Senhora Alba, Senhor José Augusto Freixes observou que há inúmeras Áreas de Preservação Permanente APPs ocupadas das mais diversas formas. Senhora Mônica Batista Cardoso de Freitas perguntou como seria feita a fiscalização dos loteamentos. Senhor Alessandro explicou que a CETESB é responsável pela aprovação dos loteamentos. Senhor Luciano Reami questionou o que é feito com os animais das áreas ocupadas. Capitão Felício lamentou que não há local para enviar os animais no caso de apreensão. Senhor Nelson afirmou que o canil/gatil ainda está em reforma desde a outra administração e que as demandas por esse serviço são enormes, mas que o canil/gatil não atenderá animais de grande porte. Doutor Alexandre pediu a palavra para ler documento, após entrega de cópia (anexa) à

ilg

W.

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

225	seus grupos sociais, para participar do COMDEMA, mas que poucos se
226	candidataram. Questionou se seria melhor dissolver um Conselho como aquele
227	com um trabalho já desenvolvido no município ou melhorá-lo. Argumentou que
228	aquele trabalho seria passível de melhoria e de aprimoramento. Senhor Márcio
229	esclareceu que quem conduz o processo eleitoral do Conselho é a Prefeitura. No
230	caso do último processo, quem havia conduzido teria sido a secretária Eliana que
231	demorou quase seis meses para receber as indicações e realizar as assembleias
232	para escolha de representantes. Senhor Alex colocou em votação as datas das
233	próximas reuniões que ficaram agendadas para os dias vinte e dois de novembro
234	e para seis de dezembro. Senhor Alex encerrou a reunião às dezesseis horas e
235	vinte minutos, agradecendo a presença de todos. Justificaram suas ausências os
236	Senhores José Chozem Kochi, Cesar Roberto Guimarães, Rui Engrácia Garcia
237	Caluz, Célio Augusto Pereira Rodrigues, Danilo Antolin Gomes, Maurício de
238	Azevedo Valentini, Orlando Antunes Cintra Filho, luri de Freitas Timóteo e a
239	Senhora Angela Maria Pimenta. Eu, Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti
240	lavrei a presente ata onde assino com os demais conselheiros presentes.
241	Alex Henrique Veronez
242	Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti
243	Márcio Fernando Silveira Rodrigues
244	Roseli Lemos Borges
245	Nélson Elias Salomão
246	Mônica Batista Cardoso de Freitas
247	Lázaro Antônio Felício
248	Alessandro Palma
249	Genaro Alvarenga Fonseca
250	Luciano Reami Mucue Learn
251	Éverton Veríssimo Ferreira
252	Pedro Agnelo Bernardes de Sá
253	Alba Regina Barbosa Araújo
254	Edson Castro do Couto Rosa
255	Alexandre do Couto Rosa
	CID M COSIA adda Gosta
	Página 8 de 8 Santo Catalai Germas